

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. NÃO é crime previsto na Lei n. 8.069/90 a conduta de:

(a) Deixar, o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante, de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames neonatais.

(b) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.

(c) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.

(d) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

(e) NDA.

2. A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo:

(a) pode ser aplicada a qualquer momento, inclusive depois da sentença.

(b) só pode ser aplicada depois da sentença.

(c) nunca pode ser concedida pelo Juiz.

(d) implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do adolescente, e prevalece para efeito de antecedentes.

(e) NDA.

3. O acesso ao cadastro que contém informações atualizadas da comarca ou do foro regional a respeito de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar é viabilizado:

(a) A qualquer do povo.

(b) Apenas ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar e à equipe interprofissional do Juízo.

(c) Ao Ministério Público, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao órgão gestor da assistência social, ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal da Assistência Social.

(d) Exclusivamente ao Juiz da Infância e Juventude.

(e) NDA.

4. Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica:

- (a) À gestante e sua família, até a realização do parto.
- (b) Somente à mãe, e somente após o parto, uma vez caracterizado o estado puerperal.
- (c) Apenas no período pré-natal, como forma de prevenir o estado puerperal.
- (d) Apenas no estado puerperal, se o Conselho Tutelar assim o requisitar.
- (e) NDA.

5. Nos termos da Lei n. 8069/90, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- (a) Ao Juiz da Infância e Juventude.
- (b) Ao Conselho Tutelar.
- (c) Ao Ministério Público.
- (d) Ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar.
- (e) Ao Juiz da Infância e Juventude, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar.

6. O direito ao respeito consiste:

- (a) Na inviolabilidade física, psíquica e moral, mas não na preservação da imagem.
- (b) Na preservação da imagem, da identidade, mas não da autonomia.
- (c) Na preservação da identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, mas não de culto religioso.
- (d) Na possibilidade de participação na vida familiar e comunitária, mas não no direito de ir e vir.
- (e) NDA.

7. Pela Lei n. 8.069/90, considera-se tratamento cruel ou degradante:

- (a) Conduta que importe em humilhação.
- (b) Conduta que importe em sofrimento físico.
- (c) Conduta que importe em lesão.
- (d) Conduta que importe em desrespeito a direito trabalhista.
- (e) Todas as anteriores.

8. No que diz respeito ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes:

- (a) Estabelece-se a primazia da família natural.
- (b) Estabelece-se a excepcionalidade da família natural.
- (c) Estabelece-se a primazia da família substituta.
- (d) Estabelece-se a primazia da adoção sobre a permanência com a família extensa.
- (e) NDA.

9. João é casado com Maria. João teve uma relação extraconjugal com Lúcia e deste relacionamento nasceu Pedro, que mora com a mãe. Pela Lei n. 8.069/90, Pedro:

- (a) É filho adulterino de João.
- (b) É filho ilegítimo de Lúcia.
- (c) É filho adotivo de Maria.
- (d) Não pode ser considerado adulterino e nem ilegítimo.
- (e) NDA.

10. Pela Lei 8.069/90:

- (a) O consentimento da criança e do adolescente é imprescindível para a colocação em família substituta.
- (b) Exige-se tão-somente o consentimento da criança para a colocação em família substituta, considerando-se seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.
- (c) Não se exige consentimento nem da criança e nem do adolescente para a colocação em família substituta.
- (d) Para a colocação em família substituta, exige-se o consentimento do maior de 12 anos, devendo a opinião da criança ser levada em consideração.
- (e) NDA.

11. A guarda:

- (a) Pode ser deferida liminar ou incidentalmente nos procedimentos de tutela e adoção, sendo os adotantes brasileiros ou estrangeiros.
- (b) Destina-se a regular a posse de fato e não exime os pais de prestar alimentos.

(c) Confere o seu detentor o direito de se opor a terceiros, mas não aos pais no exercício do poder familiar.

(d) Deferida à família substituta, impede o exercício do direito de visitas.

(e) NDA.

12. Márcia, 28 anos, é casada com Helena, 27 anos. Elas pretendem adotar Kátia, 13 anos. Pela Lei n. 8.069/90, este pedido de adoção:

(a) Somente será deferida se importar em vantagens para Kátia e se houver concordância do Ministério Público.

(b) Para ser concretizada, depende da concordância de Kátia e do parecer favorável do Ministério Público.

(c) Depende do teor do laudo a ser realizado pela equipe interprofissional e do parecer favorável do Ministério Público, não havendo vedação em relação à adoção por casal homossexual.

(d) Não pode ser deferido.

(e) NDA.

13. A adoção unilateral:

(a) Importa necessariamente na destituição do poder familiar dos dois genitores biológicos.

(b) Pressupõe existência de casamento entre a mãe do adotado e o adotante.

(c) Afasta a incidência do cadastro de pretendentes à adoção, em relação a candidato com domicílio no Brasil.

(d) Não pressupõe a existência de casamento entre a mãe do adotado e o adotante e nem exige que ocorra a destituição do poder familiar de nenhum dos dois genitores biológicos constantes no registro de nascimento.

(e) NDA.

14. Pela Lei n. 8.069/90:

(a) Qualquer adolescente pode desempenhar atividade laboral desde que haja conteúdo pedagógico.

(b) Somente o maior de 16 anos pode ser aprendiz.

(c) A aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

(d) Exceção feita à formação técnico-profissional, todas as demais modalidades de trabalho protegido pressupõem a compatibilidade com o horário escolar.

(e) NDA.

15. Nos termos da Lei n. 8.069/90, não é linha de ação da política de atendimento à criança:

(a) Campanhas de estímulo ao acolhimento sob a forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

(b) Conscientização da população acerca das doenças que atingem a população infanto-juvenil.

(c) Campanhas de estímulo à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou de grupo de irmãos.

(d) Políticas sociais básicas.

(e) Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dele necessitem.

16. Na medida socioeducativa de semiliberdade:

(a) É possível a realização de atividades externas, mediante autorização judicial.

(b) Não é possível a realização de atividade externa.

(c) É possível a realização de atividade externa, sendo desnecessária a autorização judicial.

(d) É possível a realização de atividade externa, somente se o Ministério Público concordar.

(e) NDA.

17. Nos termos da Lei n. 8.069/90, o mandato para o cargo de conselheiro tutelar é de:

(a) 04 anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

(b) 03 anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

(c) 03 anos, permitida uma recondução, sendo desnecessário novo processo de escolha.

(d) 04 anos, permitidas duas reconduções, mediante novo processo de escolha.

(e) NDA.

18. O prazo máximo da medida de internação aplicada por descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta é de:

(a) 30 dias.

(b) 45 dias.

(c) 60 dias.

(d) 90 dias.

(e) NDA.

19. A criança:

(a) Não pratica ato infracional, não podendo a ela ser aplicada medida alguma.

(b) Não pratica ato infracional, mas pode receber medidas protetivas.

(c) Pratica ato infracional e pode receber tão somente medidas protetivas.

(d) Pratica ato infracional, mas não pode receber medida alguma.

(e) NDA.

20. Em relação a entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvam programas de liberdade assistida e semiliberdade:

(a) Serão fiscalizadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

(b) Serão fiscalizadas apenas pelo Ministério Público.

(c) Serão fiscalizadas apenas pelo Poder Judiciário.

(d) Serão fiscalizadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

(e) NDA.

21. A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade:

(a) Pressupõe a atribuição de tarefas que não prejudiquem a jornada de trabalho, nunca ultrapassando seis horas semanais.

(b) Consiste na realização de tarefas gratuitas e eventualmente remuneradas, por período não excedente a seis meses.

(c) Não pode ser cumprida em hospitais.

(d) A atribuição de tarefas deverá levar em consideração as aptidões do adolescente, não podendo ser cumpridas aos sábados e domingos.

(e) NDA.

22. A Justiça da Infância e Juventude:

(a) Não pode suprir a capacidade ou consentimento para casamento, em circunstância alguma.

(b) Pode conceder a emancipação, quando faltarem os pais e se o adolescente tiver seus direitos ameaçados em razão de sua própria conduta, por falta, ação ou abuso dos pais ou por ação ou omissão da sociedade e do Estado.

(c) Pode conceder a emancipação a pedido do adolescente, ainda que os pais expressamente discordarem, independentemente de o adolescente ter seus direitos ameaçados pela omissão da sociedade.

(d) Pode conhecer de ações de alimentos, ainda que a criança e o adolescente não estiverem com seus direitos ameaçados por ação, omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou responsáveis ou em decorrência de sua própria conduta.

(e) NDA.

23. A destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude é:

(a) Linha de ação da política de atendimento.

(b) Diretriz da política de atendimento.

(c) Decorrência da prioridade absoluta.

(d) Todas as anteriores estão corretas.

(e) NDA.

24. As pessoas jurídicas:

(a) Não podem realizar doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(b) Podem realizar doações exclusivamente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança, até o valor de 6% do imposto devido sobre a renda.

(c) Podem realizar doações aos Fundos Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais, até o valor de 6% do imposto devido sobre a renda.

(d) Podem realizar doações aos Fundos Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais, até o valor de 1% do imposto devido sobre a renda.

(e) NDA.

25. A forma de fiscalização da aplicação dos incentivos fiscais - doações - direcionados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

(a) Será determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(b) Será determinada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

(c) Será determinada pelo Ministério Público.

(d) Será determinada pelo Poder Judiciário.

(e) NDA.

26. Maura adota Francisca, adolescente. Maura deseja que se modifique o prenome de Francisca para Helen. Pela Lei n. 8.069/90, a mudança:

(a) É permitida, dependendo da concordância de Francisca.

(b) É permitida, dependendo tão somente da vontade de Maura.

(c) É proibida, pois a sociedade a conhece como Francisca.

(d) É proibida, porque a adolescente já é conhecida como Francisca.

(e) NDA.

27. Residente em Santos, Marcos, 17 anos, deseja viajar sozinho para o Estado da Bahia, de ônibus, para curtir o carnaval. Pela Lei n. 8.069/90, a viagem desacompanhada de Marcos:

(a) Deve ser proibida, porque não se admite a viagem desacompanhada ou não autorizada de Marcos.

(b) Depende de expressa autorização dos pais e, na falta deles, de autorização do Juiz.

(c) É permitida e não depende de autorização dos pais ou do Juiz.

(d) Depende de autorização dos pais ou de alvará expedido pelo Ministério Público.

(e) NDA.

28. Nos termos da Lei n. 8.069/90, uma vez realizado o acolhimento institucional de uma criança ou de um adolescente, a elaboração do plano individualizado de atendimento:

- (a) É de responsabilidade da equipe técnica interprofissional do Juízo.
- (b) É de responsabilidade da equipe técnica da entidade de acolhimento.
- (c) É de responsabilidade do Centro de Referência Especializada em Assistência Social.
- (d) É de responsabilidade do gestor da assistência social.
- (e) NDA.

29. Pela Lei n. 8.069/90, NÃO é correto afirmar a respeito do direito à educação:

- (a) É direito da criança e do adolescente contestar critérios avaliativos.
- (b) É direito da criança e do adolescente o acesso à escola pública próxima à residência.
- (c) Os pais podem participar da construção do processo pedagógico.
- (d) É dever do Estado a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- (e) NDA.

30. As medidas específicas de proteção:

- (a) Podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente e substituídas a qualquer tempo.
- (b) Podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mas nunca substituídas.
- (c) Nunca podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar.
- (d) Dependem, para a sua aplicação, de decisão do Juiz.
- (e) NDA.

LINGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 31 a34.

Ética e violência

Evidentemente, as várias culturas e sociedades não definiram nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo o tempo e os lugares. No entanto malgrado as diferenças, certos aspectos de violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a autoagressão ou agressão aos outros.

Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, circunscrevem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra o grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos – o bem e a virtude – como barreiras éticas contra a violência.

Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos, proibindo moralmente o que nos transforma em coisa usada e manipulada por outros.

(Marilena Chauí. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1997, p. 336-7 adaptado)

31. Desse texto pode-se inferir que

- (a) a definição de violência independe do que uma sociedade considera mal, crime ou vício.
- (b) o conceito de violência não varia de cultura para cultura, mas sim de sociedade para sociedade.
- (c) a coação psíquica sem utilização da força física não caracteriza violência.
- (d) valores éticos representam uma proteção contra a violência.
- (e) os fins justificam os meios.

32. No final do primeiro parágrafo do texto, o pronome “lhe” (causando-lhe) refere-se à palavra

- (a) violência.
- (b) exercício.
- (c) alguém.
- (d) morte.
- (e) outros.

33. No último parágrafo do texto, a colocação do pronome oblíquo “nos” deve-se:

- (a) ao uso do gerúndio – verbo proibir.
- (b) à regência do verbo transformar.
- (c) à atração oriunda do pronome possessivo “nossa”.
- (d) à presença atrativa do vocábulo “que”.
- (e) ao fato de ter a função de objeto direto.

34. O uso do acento grave indicativo de crase em “à sua consciência” - no primeiro parágrafo – obedece à seguinte regra:

- (a) “ a crase é obrigatória diante de pronome possessivo ”.
- (b) “ ...palavra feminina diante de possessivo ”.
- (c) “ nesse caso a crase é facultativa “.
- (d) “ palavra feminina diante de pronome adjetivo”.
- (e) as alternativas a e b estão corretas.

35. Assinale a opção em que o trecho apresenta pontuação INCORRETA.

- (a) Em 1988, a Constituição Federal garantiu a participação popular nas políticas públicas, o que contribuiu para o estabelecimento de intensa relação entre Estado e sociedade.
- (b) A Constituição de 1988 garantiu a participação popular nas políticas públicas, possibilitando a criação dos conselhos tutelares pela lei 8.069/1990.
- (c) Essa Constituição, ficou conhecida como a Constituição cidadã, por priorizar a participação popular na gestão da coisa pública; esse espírito de engajamento social trouxe profundos reflexos nas áreas de assistência social e de políticas públicas voltadas à população infantojuvenil.
- (d) Em 1988, a Constituição garantiu a participação popular nas políticas públicas.
- (e) Dentre os avanços que o Estatuto da Criança e do Adolescente proporcionou, um dos principais foi a criação dos Conselhos Tutelares, cujas estruturas fundamentais zelam pelo cumprimento dos direitos do menor, enfrentando a negligência, a violência física, a violência psicológica, a exploração sexual e outras violações.

36. Assinale a alternativa CORRETA quanto à concordância.

- (a) Faz 25 anos que foi promulgada a lei dos Conselhos Tutelares.
- (b) Houveram muitos casos de agressão a crianças dentro do próprio lar.
- (c) Existe muitas dúvidas acerca do papel dos conselheiros tutelares.

- (d) Exige-se muitas qualidades para atuar nessa função.
- (e) Vão fazer 27 anos que a nova Constituição entrou em vigor.

37. Assinale a alternativa em que as palavras completam corretamente o período:

“Segue _____, além de outros informes, a seguinte orientação: o curso não é _____, sendo proibido _____ após o início das aulas, portanto não _____ atrasos.”

- (a) anexa - a distância – entrada – serão tolerados
- (b) em anexo – a distância- a entrada - será tolerado
- (c) em anexo – à distância – entrada - serão tolerados
- (d) anexa- a distância- a entrada – serão tolerados
- (e) anexo- a distância – entrada – será tolerado

38. As expressões destacadas foram empregadas corretamente, EXCETO em:

- (a) Acataremos as ordens do chefe, de cuja proibidade não podemos duvidar.
- (b) O parágrafo a que você se referiu consta do Estatuto.
- (c) Encontramos um conhecido cujo nome não me lembrava.
- (d) O projeto a que estão dando andamento é incompatível com o orçamento previsto.
- (e) A atividade a que você se reportou fez um enorme sucesso.

39. O período que NÃO apresenta erro de acordo com a nova ortografia é:

- (a) A ideia não pôde ser colocada em prática, pois ia de encontro ao Estatuto.
- (b) Os alunos não vêem mais os seus professores como no passado.
- (c) Seria muito bom se todos lêssemos livros de auto-ajuda.
- (d) Perdi meu autorretrato no microonibus.
- (e) As crianças e os adolescentes tem de estar a salvo de más influências.

40. Leia o texto e responda:

O envolvimento de menores na prática de crimes é um dos mais graves problemas que os povos enfrentam na atualidade. Inconformadas com o recrudescimento da delinquência juvenil, vezes se levantam aqui e ali tentando encontrar a solução para esse flagelo social e quase sempre desembocam na simplista e falsa assertiva de que o rebaixamento da maioria penal resolveria a

questão. (...) No Brasil, como se sabe, adota-se para efeito de imputabilidade penal o critério biológico, pelo qual os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis. Esse critério, adotado historicamente pela legislação brasileira, não é perfeito. Ele dá, porém, a frágil segurança de que, desgraçados na maioria e ricos na minoria, pelo menos em tese, todos os menores infratores receberão o mesmo tratamento legal.

(A. J. Pinotti. O infrator. Tribuna da Imprensa, 06.06.2002)

A ideia de desaprovação quanto à mudança da idade penal é dada

- (a) pelo substantivo recrudescimento.
- (b) pelos adjetivos simplista e falsa.
- (c) pela expressão “delinquência juvenil”.
- (d) pelo fato de os menores receberem o mesmo tratamento quando não deveriam.
- (e) pela frágil segurança.

INFORMÁTICA BÁSICA

41. O uso da Internet ajuda a desburocratizar a vida das pessoas, a Prefeitura disponibiliza vários serviços na rede mundial de computadores, como a emissão de IPTU, Certidões, inclusive acesso a diversos Sistemas de Informação. Para navegarmos na Internet, seja para assistir vídeos, escutar músicas, jogar ou interagir nas redes sociais, utilizamos os chamados browsers (em inglês) ou navegadores (em português). Qual das alternativas abaixo não se trata de navegador ou browser:

- a) Internet Explorer
- b) Mozilla Firefox
- c) Chrome
- d) Safari
- e) Facebook

42. Um e-mail ou correspondência eletrônica é uma forma muito prática de se comunicar com outras pessoas. Funciona exatamente como escrever cartas, mas sem a necessidade de usar papel, selo e serviços de envio. Basta saber o endereço de e-mail para quem você quer mandar a mensagem e escrever o que quiser. O e-mail também é muito utilizado no ambiente de trabalho. Desta forma, para que possamos enviar uma mensagem por e-mail o que NÃO é necessário:

- a) Conta de e-mail

- b) Destinatário da mensagem
- c) Assunto da mensagem
- d) Conteúdo da mensagem
- e) Acesso às redes sociais

43. Através do teclado (vide figura abaixo) podemos digitar textos, fazer planilhas, acessar à internet, etc.



Das alternativas abaixo qual NÃO está correta:

- a) Tabulador (TAB) - é a tecla das duas flechas opostas. Serve para inserir uma tabulação ou saltar de um campo a outro.
- b) Caps Lock (Bloquear maiúsculas) - todas as letras ficam maiúsculas, até que você aperte a tecla novamente. Uma luz no teclado indica se está ativada ou não.
- c) Shift - é a tecla com uma seta para cima. Se você aperta Shift e uma letra simultaneamente, ela é escrita em letra minúscula. Se você aperta a tecla Shift simultaneamente com uma tecla com vários símbolos, será escrito o que estiver na parte inferior.
- d) Enter - é a tecla grande, com uma flecha a 90°. Cria uma nova linha ou confirma uma ação.
- e) Delete (Del) - apaga os caracteres que estiverem à direita do cursor.

44. Os aplicativos a seguir são usados para edição de texto, EXCETO

- a) Windows Media Player
- b) BrOffice.org Writer
- c) MS Word
- d) WordPad
- e) NotePad

45. Qual a única alternativa que não se trata de fonte de texto do Programa MS Word:

- a) Arial
- b) Times New Roman
- c) Calibri
- d) Verdana
- e) Paint

46. Em qual lugar podemos recuperar arquivos deletados do computador?

- a) Na Lixeira
- b) No Painel de Controle
- c) Na pasta: Meus Documentos
- d) Na Internet
- e) No e-mail

47. São todos componentes físicos (hardware) que integram o computador:

- a) Monitor, Unidade leitora de CD/DVD, MS Office, Teclado e Mouse.
- b) Unidade Leitora de CD/DVD, Teclado, Memória RAM e Sistema Operacional Windows.
- c) Caixa de Som, Sistema Operacional Linux, Mouse e CPU.
- d) Disco Rígido ou HD, Placa mãe, MS Excel, Processador e Placa de Vídeo.
- e) Memória RAM, Disco Rígido ou HD, Placa de Rede e Unidade leitora de CD/DVD.

48. Um recurso do Sistema Operacional Windows utilizado para navegar em arquivos e pastas é:

- a) Área de Trabalho
- b) Painel de Controle
- c) Ferramentas do Sistema
- d) Windows Explorer
- e) Disco Local

49. O Windows é um:

- a) Sistema Operacional
- b) Aplicativo do pacote Office
- c) Tipo de vírus
- d) Editor de imagens
- e) Site da internet

50. A área de trabalho também é chamada de:

- a) Monitor
- b) Tela
- c) Desktop
- d) Imagem
- e) Ícone